

POLÍTICA CAFEIRA DO BRASIL¹

Claus Floriano Trench de Freitas²

1 - NECESSIDADE DE UMA POLÍTICA CAFEIRA

Um conjunto de características do café do Brasil faz com que o mercado e a política setorial apresentem contornos especiais bem diferenciados de outros produtos. Essa realidade obriga o Governo a realizar graus diferenciados de coordenação política e de intervenção.

Sua grande expressão econômica, como produto de exportação e consumo interno crescente, justificou, no passado, a intervenção na produção e no mercado através de vários órgãos governamentais específicos para coordenação e controle da política setorial, a exemplo do Instituto Brasileiro de Café (IBC) entre 1952 e 1990.

Em 1950, o café constituía 65% das exportações e ainda dominava o cenário econômico-social do Brasil, como o principal gerador de divisas, emprego e capital. Hoje, contribui com cerca de 4% da receita anual das exportações, mas, em termos absolutos, é, ainda, um dos principais produtos agrícolas de exportação, ao lado de soja, suco de laranja e açúcar.

Apesar de muito diminuída sua antiga expressão dominante no cenário econômico nacional, um conjunto de características muito especiais, resumidamente enumeradas abaixo, pode justificar a necessidade de se formular uma política específica para o produto e um grau diferenciado de coordenação dessa política:

a) A cultura, de relativamente fácil cultivo, é mão-de-obra intensiva, só comparável à da cana-de-açúcar e algodão, na utilização de mão-de-obra menos qualificada, pelo que detém relevante sentido social.

b) Como planta perene, não pode ser substituída sem perdas vultosas em períodos de preços baixos, podendo, apenas, serem reduzidos os tratamentos culturais. Em períodos de preços altos, intensificados os tratamentos culturais e com novos plantios,

criam-se condições para safras grandes após quatro ou cinco anos.

c) A histórica flutuação cíclica de produção e preços caracteriza o mercado brasileiro de café. A produção nacional oscila muito em torno da média de 25 milhões de sacas, enquanto o conjunto de outros países produtores aumenta continuamente sua produção (Tabela 1 e Figura 1). Esses grandes ciclos históricos têm origem em acidentes climáticos severos, episódios de intervenção governamental de monta, ou ainda, nos efeitos das guerras mundiais.

d) Ao contrário de qualquer outro produto agrícola de grande expressão econômica, o café pode ser armazenado por muitos anos (mais de trinta anos em condições ideais) a custos relativamente baixos de manutenção. Exigindo, apenas, corretas condições de ventilação, baixa umidade do ar e cuidados de proteção contra umidade e insetos.

e) Essa característica deu origem ao acúmulo de estoques considerados excedentes de produção, adquiridos pelo Governo nas fases cíclicas de produção elevada e baixos preços, o que constitui o âmago da "política de defesa de preços", de "sustentação", ou de "guarda-chuva" que caracterizou a ação do Governo desde o início do século.

f) Em fins de 1994, após a venda de 2,55 milhões de sacas através de leilões, o Governo possuía cerca de 14,5 milhões de sacas, ora sob auditoria da empresa SGS do Brasil S/A, o que se constitui no maior estoque do planeta em mãos de entidade pública ou privada. A guarda e a movimentação desses estoques, através do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo/Departamento Nacional do Café (MICT/DENAC), em 64 armazéns, em seis Estados produtores, deverão, ao longo de 1995/96, suprir o mercado, que se verá sem disponibilidade de café em razão das geadas de 26 e 27 de junho e 09 e 10 de julho e da seca que perdurou até novembro de 1994.

g) Produto de *marketing* sofisticado, especialmente no mercado exterior, compete vantajo-

TABELA 1 - Produção de Café, Brasil e Outros Países, 1960-61 a 1994-95

Ano	Mundial (a)	Brasil (b)	Outros (c)
1960-61	85.340	29.800	35.540
1961-62	75.907	39.600	36.307
1962-63	87.751	28.900	38.851
1963-64	65.295	23.200	42.095
1964-65	52.612	11.000	41.612
1965-66	82.108	37.700	44.406
1966-67	63.298	21.000	42.298
1967-68	70.688	24.500	46.188
1968-69	63.214	17.000	46.214
1969-70	69.623	21.000	48.623
1970-71	59.202	11.000	48.202
1971-72	73.598	24.600	48.998
1972-73	77.054	24.500	52.554
1973-74	65.717	14.300	51.417
1974-75	82.651	27.500	55.151
1975-76	72.978	23.000	49.978
1976-77	81.129	9.300	51.829
1977-78	70.677	17.500	53.177
1978-79	79.035	20.000	59.035
1979-80	81.810	22.000	59.810
1980-81	86.143	21.500	64.643
1981-82	98.100	33.000	65.100
1982-83	82.064	17.750	64.314
1983-84	88.605	30.000	58.805
1984-85	90.284	27.000	63.284
1985-86	95.630	33.000	62.630
1986-87	79.316	13.900	65.416
1987-88	102.738	38.000	64.738
1988-89	92.080	25.000	67.080
1989-90	85.243	26.000	69.243
1990-91	100.487	31.000	69.487
1991-92	104.315	28.500	75.815
1992-93	92.909	24.000	68.909
1993-94	94.162	28.500	65.662
1994-95	92.085	25.000	67.085

Fonte: Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

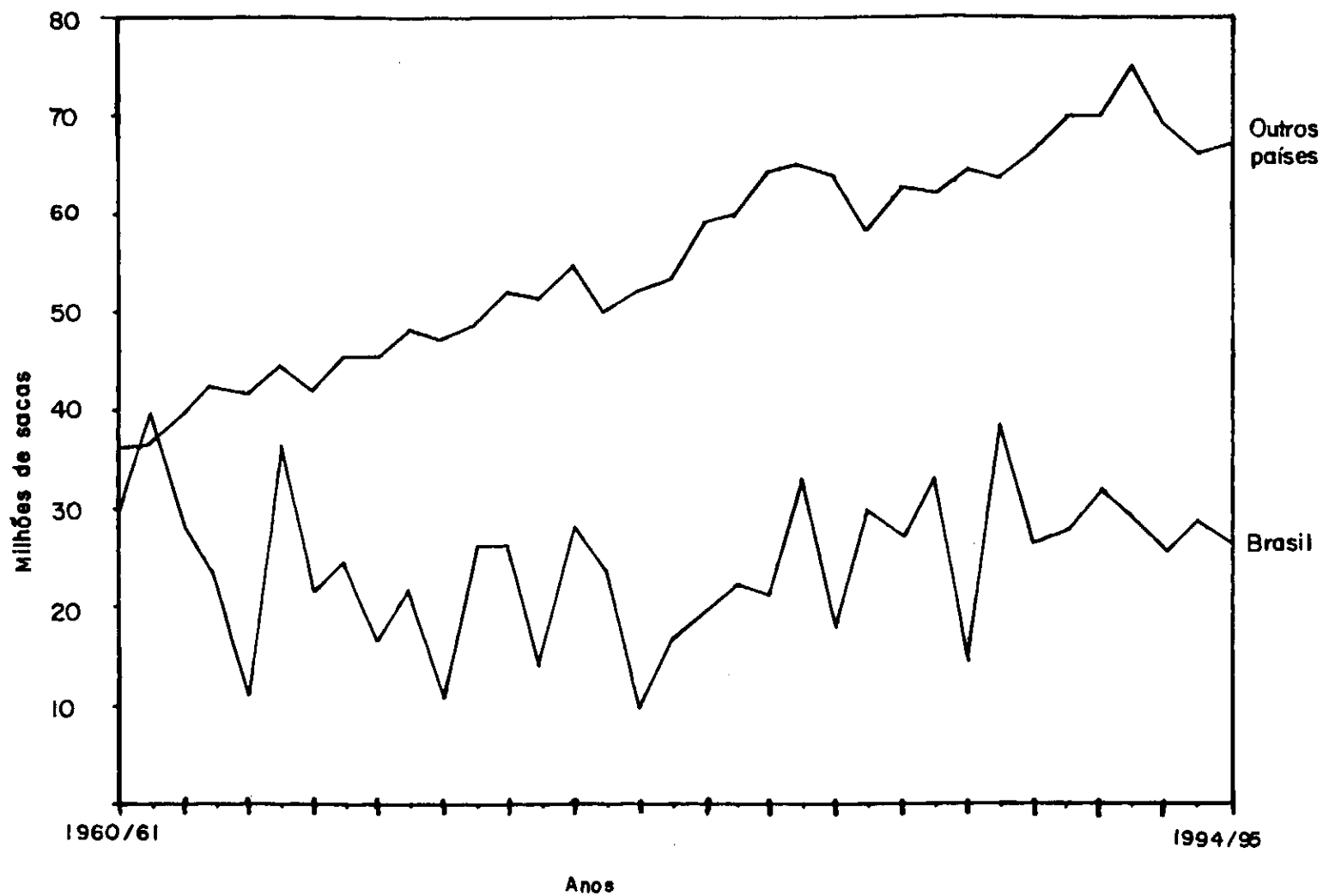


FIGURA 1 - Produção de Café, Brasil e Outros Países, 1960/61 a 1994/95.

Fonte: Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

samente com chá, chocolate, licores, vinhos, bebidas fortes e *soft*, sem possibilidade de substitutos com as mesmas qualificações. A bebida tem características naturais específicas, inclusive por conter cafeína, o raro, se não único, estimulante generalizadamente permitido por lei, afora, talvez, as bebidas etílicas, desestimulantes em maiores doses.

h) O mercado interno consome, segundo estimativas aproximadas, cerca de 10 milhões de sacas, quantidade generalizadamente aceita como parâmetro para a política setorial. Grau de modernização industrial, sistema de melhoria da qualidade, efeitos da carga tributária e evasão fiscal, intervenções governamentais no sistema de preços são algumas áreas que demandam uma política setorial com objetivos consistentes e diretrizes bem formuladas.

i) Graças à pesquisa agrônômica e à rede de assistência técnica, exemplarmente desenvolvidas no Brasil pelo IBC e Secretarias Estaduais de Agricultura, a cafeicultura apresenta grande potencial de evolução em termos de relação custo-benefício. Lamentavelmente, é muito pequena ou quase nula a compreensão de alguns setores de política decisória, com relação a questões de fitotecnia e política agrícola em geral. Além disso, os retornos, geralmente a longo prazo, de investimentos em pesquisas não favorecem o comprometimento efetivo do poder político-decisório com o necessário apoio a tais investimentos. Essa realidade causa incalculável prejuízo ao País e desperdício de recursos escassos.

j) Após 88 anos de crescente intervenção na produção e no mercado (1902 a 1990) através de instituições governamentais e 31 anos de acordos internacionais com cláusulas econômicas, o Governo reduziu sua intervenção a poucas ações isoladas. Somente a criação do DENAC em 1993 possibilitou o início de ação coordenada e formulação de uma política cafeeira racional.

k) O mercado internacional, com características oligopolísticas, mas altamente competitivo entre países exportadores, exige uma política setorial coerente. A Associação dos Países Produtores de Café (APPC) e a Organização Internacional do Café (OIC), agindo através dos Acordos Internacionais do Café (AICs), passam por fase que exige definição da política setorial. A recente ação interventora da APPC, via Plano de Retenção, contrasta com a tendência liberalizante do Acordo Internacional vigente,

despido das cláusulas econômicas.

l) A elasticidade-preço de demanda é, certamente, inferior à unidade no agregado, mas o café do Brasil, em nível de importação nos Estados Unidos, por exemplo, compete com cafés de outras origens, pelo que, nesse nível, segundo alguns estudos, é da ordem de -2.

m) O Brasil como o maior produtor/exportador e detentor do maior estoque mundial exerce, necessariamente, papel relevante na política cafeeira internacional. O mesmo não ocorre com relação a outros produtos, em que os centros de influências político-econômicas situam-se em outros países.

Conclui-se que apesar do declínio de sua importância relativa como produto de exportação, há um conjunto de características específicas do café que recomendam o delineamento de política setorial específica e uma forma de instituição especial para coordená-la, ainda que não necessariamente nos moldes do extinto IBC.

2 - POLÍTICA SETORIAL: OBJETIVOS E DIRETRIZES

A política no seu sentido mais amplo, como arte de governar, condiciona obrigatoriamente a política econômica adotada por um país. Esta, por sua vez, estabelece objetivos gerais que devem condicionar os da política agrícola, da qual a política cafeeira faz parte como política setorial.

Assim, o nosso sistema democrático impõe contornos especiais à política econômica que tende a rejeitar o planejamento centralizado e com vocação ditatorial e prestigiar a economia de mercado, com menor grau de intervenção governamental.

Os objetivos maiores da política econômica são voltados ao crescente bem-estar da população, com aumento da renda agregada e sua melhor distribuição. Objetivos mais imediatos, dentre vários outros, são o aumento do intercâmbio externo, o equilíbrio orçamentário, a reforma tributária e, em especial, o controle da inflação.

A política agrícola deveria ter seus objetivos e diretrizes próprias bem explícitos, mas, historicamente, no Brasil, costuma ater-se a programas cujos objetivos procuram atender mais a questões setoriais ou conjunturais sem que se destaque um

conjunto de objetivos consistentes. Isso se deve, em grande parte, à característica de descontinuidade administrativa do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA).

Há, sem dúvida, uma série de programas conduzidos por competentes técnicos do MAARA - apesar dos problemas administrativos e carência de recursos - com objetivos específicos, que não conflitam de modo significativo com outros objetivos da política econômica ou agrícola, a exemplo das atividades de pesquisa e assistência técnica, controle de pragas e doenças animais e vegetais, previsão de safras e informações de mercado, programas de eletrificação rural, dentre outros.

Após a extinção do IBC, porém, o setor cafeeiro passa por uma fase de reorganização, sem que o MAARA tenha sido reestruturado de forma a assumir e desempenhar satisfatoriamente as funções do antigo IBC no que tange a questões de interesse da produção.

Graças ao Programa de Apoio Tecnológico à Cafeicultura (PROCAFÉ) através do Convênio do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária/Confederação Nacional de Agricultura/Conselho Nacional do Café (MAARA/CNA/CNC), alguns dos melhores técnicos sobreviventes da atabalhoada extinção do IBC mantiveram e continuaram a desenvolver o *know-how* da pesquisa cafeeira e da assistência técnica, apesar das dificuldades óbvias.

Somente em meados de 1993, criou-se o DENAC, com a finalidade de formular a política cafeeira e implementá-la, mas sem contar com estrutura mínima necessária para assumir e desempenhar satisfatoriamente as funções essenciais do antigo IBC, a não ser em questões emergenciais, com grande esforço pessoal, especialmente de poucos funcionários remanescentes do órgão extinto.

Acha-se, então, a política cafeeira subordinada a diretrizes da política econômica emanadas do Ministério da Fazenda (MF), a diretrizes relacionadas à política agrícola oriundas do MAARA e à orientação do MICT, no que tange a medidas voltadas ao controle dos estoques governamentais e às comercializações externa e interna.

Esse sistema de influências é normalmente encontrado na maioria dos produtos agropecuários e na maioria dos produtos industriais, à exceção da participação do MAARA.

Não haveria, em decorrência, necessidade de formulação de política especial para o café e órgão específico para coordená-la, não fora as características peculiares do produto. Outros produtos, como cana-de-açúcar, trigo e cacau, também podem merecer cuidados especiais do Governo, pois destruídas, esse é o termo, as instituições que estabeleciam as respectivas políticas setoriais, nada de coordenado foi feito para substituí-las satisfatoriamente, a não ser meritórios esforços isolados.

No caso do café, o DENAC, criado recentemente, pode dar os primeiros passos para a reorganização do setor, sem contar com regimento interno definitivo, sem funcionários em número suficiente, sem orçamento e recursos financeiros para quaisquer atividades que não estejam voltadas ao gerenciamento de estoques. Ainda assim, resolveu questões emergenciais, como Plano de Retenção, levantamento de estoques particulares, levantamento de perdas pelas geadas e seca, leilões de 2,7 milhões de sacas e auditoria dos estoques do Governo. Além disso, graças ao auxílio de outros setores do MICT e da Secretaria de Política Comercial (SECOM), resolveu ou deixou encaminhadas questões relacionadas ao antigo IBC, como "Operação London Terminal", reforma de armazéns, troca de sacaria deteriorada dos estoques, questões judiciais pendentes, destinação dos bens e funcionários, etc. Apresentou, também, o Plano Nacional de Recuperação de Cafezais Geados e Desenvolvimento da Cafeicultura com participação proeminente do MAARA/PROCAFÉ e deu início ao Plano Nacional de Qualidade Total.

Um Plano Diretor para o setor, contando com a contribuição do Comitê Brasileiro do Café (CBC) que configure a política setorial de médio e longo prazos, é, talvez, o legado maior do MICT/SECOM/DENAC para aperfeiçoamento nas gestões futuras, seja do DENAC, seja de órgão ou órgãos análogos.

Esse Plano Diretor deve conter, de início, os objetivos da política cafeeira, estabelecidos em função dos objetivos maiores da política econômica, considerando o cenário de reorganização do setor após três anos de desmantelamento administrativo, debate de preços externos e internos, abandono ou erradicação de 1 bilhão de cafeeiros e apenas um ano e meio de existência operacional do DENAC.

Os objetivos maiores e diretrizes da política

cafeeira para o setor devem ser:

a) A reconstrução do sistema de pesquisas cafeeiras e assistência técnica, com vistas à redução dos custos de produção, maior produtividade e melhoria de qualidade. A meta de produção a ser atingida a médio prazo pode ser de 35 milhões de sacas como média anual.

Essa reconstrução, em termos de pesquisa, pode ser desenvolvida eficazmente através do Consórcio de Instituições de Pesquisas que reúne a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e os principais institutos de pesquisas do Brasil.

A assistência técnica pode ser reconstruída mediante maior apoio administrativo e financeiro ao PROCAFÉ, ou através de nova sistemática a ser decidida mediante criterioso estudo específico junto ao MAARA.

Recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) ou do orçamento geral devem ser destinados imediatamente a órgãos de pesquisa e assistência para que se evitem irremediável perda maior de recursos já aplicados em pesquisas e desperdícios incalculáveis por falta de difusão de tecnologias já existentes. Recursos do FUNCAFÉ para pesquisas estavam disponíveis ainda em 1994 e previstos para o orçamento de 1995.

b) Modernização do sistema de comercialização e expansão do mercado interno.

A identificação de pontos de estrangulamento, as possibilidades de modernização e as estratégias para aumento de consumo a médio e longo prazos são algumas diretrizes recomendáveis.

Em nível de programas de ação, destacam-se por exemplo: apoio financeiro a iniciativas que promovam a qualidade e ao Plano Nacional de Qualidade Total já delineado para próximas gestões; revisão abrangente da carga tributária e questões correlatas; apoio à comercialização interna via cooperativas de produtores. A propósito, há recursos do FUNCAFÉ específicos para apoio às cooperativas. A criação da Federação de Cooperativas de Café do Brasil é iniciativa já proposta pelo DENAC, junto a algumas das principais cooperativas.

c) Aumento das exportações e expansão do mercado internacional.

Entre 1958 e 1989, sob a égide da OIC, o mercado internacional organizou-se segundo os dita-

mes do AIC renovado periodicamente, ao longo de 31 anos, até a suspensão das cláusulas econômicas.

A queda de preços subsequente perdurou até final de 1993, quando da criação da APPC e do Plano de Retenção. Seus efeitos foram coincidentes com a realidade de escassez de disponibilidades de café que se desenhava para o segundo trimestre de 1994, mas, certamente, a retenção acelerou a redução de estoques de países importadores e propiciou a recuperação dos níveis de preços.

Como órgãos de estudos e levantamento de estatísticas mundiais, de coordenação de políticas de *macromarketing* e, em especial, de programas de promoção do consumo de café em nível mundial, essas organizações podem prestar excelentes serviços. Como órgãos de intervenção permanente no mercado, com complexos e rígidos programas de controle de qualidade e preços, como ocorreu até a suspensão das cláusulas econômicas, não há indicações de que os acordos tenham beneficiado o Brasil nos médio e longo prazos, em termos de aumento da participação no mercado mundial.

A elasticidade-preço da demanda da ordem de -2 em nível de importação nos Estados Unidos sugere que vendas de maiores quantidades em níveis de preços menores podem aumentar a renda agregada do café do Brasil².

É preciso expandir o mercado consumidor interno e externo, através de conquista de novos mercados e de amplos setores de consumidores que não conhecem bem as virtudes do café.

d) Equilíbrio de preços em níveis satisfatórios, com redução das flutuações cíclicas de longo prazo.

O controle da produção já foi tentado sem sucesso em tempos idos (1902) com proibição de plantio. Em anos mais recentes, o plano de erradicação e subsequente plano de plantios financiados apresentaram inconvenientes, mas resultados positivos como a marcha do café para regiões em Minas Gerais, Espírito Santo e outros Estados.

Esses programas não eliminaram, entretanto, as históricas flutuações acentuadas de produção e preços, embora, talvez, tenham diminuído sua intensidade, reduzindo os riscos de geadas, mas sujeitando o parque cafeeiro a riscos das secas³.

Não se pretende mais, como em alguns períodos do passado, a "maximização" de preços e

sim, níveis de preços "satisfatórios", conforme recomendam os princípios modernos de economia. Se se aceitar a tese já tradicional de que o mercado de café é inerentemente instável, restaria esperar que a irrigação de cafezais venha, com o tempo, contribuir significativamente para reduzir a histórica flutuação da produção.

Ao Governo, restam poucas opções:

- a) intervir no mercado, adquirindo ou financiando excedentes de produção;
- b) deixar de intervir, transferindo o ônus da estocagem (ou a perda do produto) ao cafeicultor e/ou suas associações; e
- c) um sistema misto de compras de cafés de qualidade superior e financiamento, em níveis de preços baixos, a associações e produtores poderá ser uma alternativa viável a ser implementada dentro de três anos.

3 - INSTITUIÇÕES DE COORDENAÇÃO

A suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café, em julho de 1989, e a extinção do IBC, ao eliminarem rígidos sistemas de controle de preços, podem ser consideradas, em grande parte, episódios - reflexo da tendência internacional e nacional em favor do livre mercado.

O livre mercado, entretanto, se é um sistema desejável de práticas comerciais, não é viável na realidade, já que existem distorções óbvias na estrutura comercial do café (e de produtos agropecuários em geral), com a forte presença de oligopólios e oligopsônios, enquanto a produção de café constitui-se em mercado altamente competitivo. Há barreiras protecionistas tarifárias e não tarifárias, e os subsídios às exportações de produtos agrícolas dos países desenvolvidos ascendem a níveis superiores a 300 bilhões de dólares anuais.

Além disso, a nova Organização Mundial do Comércio, destinada a substituir o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), tem sido pressionada a considerar um adendo à recente Declaração de Marrocos, que pleiteia que questões de direito trabalhista devem afetar as regras de comércio. A idéia de "Dumping Social" relaciona os preços menores das exportações de produtos agrícolas de países em desenvolvimento à exploração da mão-de-

obra, via baixos salários e desrespeito ou ausência de direitos trabalhistas.

Assim, o que se pode considerar, de fato, é menor grau de intervenção do Governo e não o livre mercado na ampla acepção da expressão.

No Brasil, em especial, o Governo sempre interviu no mercado, seja através do complexo sistema tributário, seja através da miríade de leis, decretos, medidas provisórias, portarias e regulamentos que regem nosso sistema comercial.

O setor cafeeiro inclui-se nessa realidade de modo especial, desde os primórdios da atividade, em um crescendo, até a extinção do IBC, continuando até a atualidade, ainda que sem a intervenção acentuada através de instituição especial como o antigo Instituto, mas através de vários órgãos do Governo, inclusive e principalmente o DENAC.

As características especiais do produto podem justificar a existência de um órgão específico para coordenar a ação do Governo no que concerne à política cafeeira. Esse órgão poderia, em tese, ser:

- a) um novo Instituto Brasileiro do Café;
- b) um órgão de coordenação misto de iniciativa privada e Governo;
- c) um órgão com características análogas ao DENAC, desde que melhor aparelhado com estrutura e recursos; e
- d) os diversos programas poderiam ser coordenados separadamente, de acordo com suas características, pelo MF, MAARA e MICT, com um conselho consultivo de representantes dos três Ministérios e da iniciativa privada.

Qualquer das alternativas pode, teoricamente, ser eficaz, se bem administrada.

A alternativa A, no entanto, parece remotamente viável nos próximos anos, dadas a tendência privatizante e liberalizante que predomina, as péssimas ocorrências que episodicamente perturbaram a vida administrativa do antigo IBC, além do abrupto e completo desmantelamento da estrutura do órgão extinto.

A alternativa B, um órgão de coordenação misto de iniciativa privada e Governo, pouco diferiria de um novo IBC, se tivesse elevado grau de autonomia para decidir sobre questões que envolvam recursos vultosos, como instituição de preços de garantia de compra pelo Governo, financiamento à produção e comercialização, programas de apoio

técnico aos dois segmentos, etc. Sem recursos específicos para aplicação nos programas propostos, um órgão dessa natureza teria utilidade apenas para fins consultivos.

A alternativa C, um órgão como o DENAC ou análogo, localizado em qualquer dos ministérios envolvidos, terá a finalidade de formular e implementar a política cafeeira, coordenando, apenas, a ação do Governo nas diferentes áreas e considerando devidamente as sugestões do setor privado, via CBC e outras entidades.

Desde que o órgão seja devidamente estruturado para tanto, é provavelmente uma alternativa viável. Deveria, no entanto, contar com um Conselho Consultivo composto de representantes dos três Ministérios envolvidos diretamente, ao menos com poderes de decisão sobre questões que não envolvam importâncias vultosas, mas suficientes para encaminhar o cotidiano do dinâmico mercado de café e para providenciar recursos suficientes para o bom andamento dos serviços prestados pelo Governo, ou sugeridos pela iniciativa privada com apoio do Governo. Esse Conselho obrigar-se-ia a relatórios periódicos de situação e andamento dos programas, apresentados aos três Ministérios.

A alternativa D, a coordenação em separado dos programas de ação, de acordo com a função específica de cada ministério, é igualmente viável. Será eficaz desde que se pressuponha a desinteressada colaboração entre os órgãos coordenadores, o que costuma ser considerado difícil.

Produção, comercialização e medidas governamentais voltadas ao controle de preços são áreas inteiramente interdependentes, e o setor privado dificilmente estará apto a promover programas de sustentação de preços. Tais programas serão sempre necessários, enquanto houver acentuadas flutuações cíclicas, a menos que o Governo decida não mais intervir no mercado via preços de garantia, o que parece improvável, a julgar por seu histórico comportamento.

Mas é possível visualizar um sistema de estocagem custeado pelas associações de produtores, com emissão de *warrants* negociáveis e, possivelmente, com financiamento de bancos privados e do Governo.

O financiamento de cafés somente de tipo e bebida superiores é, ao menos teoricamente, viável.

Os cafés Robusta e Conillon poderiam, também, submeter-se a qualificações.

O que é importante, atualmente, é promover a reorganização do setor através da política cafeeira, especialmente de médio e longo prazos. A curto prazo, são necessários programas bem coordenados pelo Governo, que eliminem o descalabro nas áreas de pesquisa e a assistência técnica e não permitam que o Brasil marche para trás no campo tecnológico e perca mercados interno e externo.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política setorial delineada propõe quatro objetivos maiores e diretrizes mestras para atingi-los, sujeitas, obviamente, à discussão e ao detalhamento pelos órgãos oficiais envolvidos e pelo CBC.

São objetivos de médio e longo prazos e pressupõe-se que as medidas de curto prazo e os programas de ação visem a objetivos específicos que se coadunem com os objetivos maiores da política setorial.

O detalhamento em nível de programa de ação deve ser formulado com o devido cuidado, exigindo a participação de especialistas nas diversas áreas.

Dentre eles, pode-se propor para discussão em nível nacional:

Reorganização institucional da pesquisa, difusão e assistência técnica;

Programa de pesquisas prioritárias;

Programa nacional de qualidade total;

Criação junto ao DENAC da Coordenadoria de Estudos do Café;

Programa de previsão de safras de café;

Oficialização do Comitê Brasileiro do Café;

Campanha de promoção do café do Brasil;

Reorganização do FUNCAFÉ (definição de objetivos e embasamento jurídico);

Programa de apoio à indústria de solúvel;

Reexame da carga tributária do setor;

Instituição do Conselho Interministerial do Café;

Apoio à APPC e OIC na forma proposta;

Reexame da participação do café nos índices de custo de vida e a possibilidade de eliminar efeitos da acidentalidade; e

Estudo (e desenvolvimento) do mercado de futuros (nacional e internacional) e sua influência sobre o mercado de café.

Quanto ao curto prazo, as medidas importantes a adotar deveriam ser abertamente discutidas com o CBC, não permitindo os Ministérios envolvidos ou seus representantes que qualquer dos Ministé-

rios adote medidas individualmente, sem que os demais sejam ouvidos. Em casos de discordância, as questões importantes devem chegar à decisão direta e conjunta dos Ministros e não serem deixadas a critério de representantes do segundo escalão, considerada a importância do café para milhões de brasileiros e para a economia nacional.

NOTAS

¹Trabalho apresentado na abertura do 20º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeciras representando o Exmº Sr. Ministro Elcio Alvares, realizado em Guarapari (ES), em 22 de novembro de 1994.

²Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA), ex-Diretor do Departamento Nacional do Café (DENAC) do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT).

³A propósito dos Acordos Internacionais e do "mercado livre", ver Moricochi, Luiz & Martin, Nelson B. Acordos internacionais e mercado do café. *Informações Econômicas*, SP, v.24, n.7, p.17-29, jul.1994. Oliveira Silva, Roberto de Speech. The producers initiatives. In: Trieste Coffee Convention, 28. Trieste, 17 jun. 1994. 8p.

⁴Sobre ciclos de produção e preços, ver Freitas, Claus F.T. Política cafeeira: diretrizes para a modernização e desenvolvimento do setor. In: Veiga, Alberto. coord. *Ensaio sobre política agrícola brasileira*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1979. p.233-294.

MERCADO DE PRODUTOS

1 - ALGODÃO

A produção paulista de algodão em pluma deverá crescer pelo menos 26%, totalizando 104,7 mil toneladas, de acordo com previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), baseada na expansão de 18% na área cultivada e na produtividade média. A possibilidade de rendimento aquém do anterior torna-se maior diante da persistência das chuvas. Além disso, o reaparecimento da anomalia denominada "bronzamento" tem motivado preocupação.

Na Região Centro-Sul, a produção está estimada em 430,1 a 451,6 mil toneladas, registrando acréscimo mínimo de 19% em relação à produção de 1993/94. A expansão de 12% a 18% na área foi

motivada pela elevação dos preços, além dos estímulos à cultura concedidos pelo Plano Agrícola 1994/95.

Dado o aumento de 24% na produção nacional, que deverá alcançar 599,6 mil toneladas em 1995, a necessidade de complementação da oferta interna através de importações deverá ser reduzida. Dessa forma, as importações deverão totalizar 252,0 mil toneladas, 30% inferior às do ano passado.

Vale destacar que a demanda interna, prevista em 900 mil toneladas, constitui-se no mais alto nível dos últimos anos, confirmando o processo de recuperação do consumo industrial.

O mercado interno esteve firme em janeiro, dando continuidade ao comportamento verificado desde setembro de 1993. A cotação média para o